

Gramsci e o Sul do mundo: entre Oriente e Ocidente*

CARLOS NELSON COUTINHO

I

Gramsci não dedicou muito espaço em sua obra à relação entre o “Norte” e o “Sul” do mundo no sentido em que hoje a entendemos, ou seja, como polaridade entre países desenvolvidos e subdesenvolvidos (ou “atrasados”, ou, segundo o novo modismo, “emergentes”). O próprio problema do imperialismo, isto é, da exploração do Sul pelo Norte, aparece apenas de passagem, tanto em seus escritos juvenis como nos *Cadernos do cárcere*.

Decerto já no Caderno 1, escrito entre 1929 e 1930, pode-se ler uma breve nota dedicada explicitamente a esse tema, intitulada precisamente “Norte e Sul”, na qual Gramsci afirma:

A hegemonia do Norte teria sido “normal” e historicamente benéfica se o industrialismo tivesse tido a capacidade de ampliar seus quadros com certo ritmo, para incorporar cada vez mais novas zonas econômicas assimiladas. Essa hegemonia seria, então, a expressão de uma luta entre o velho e o novo, entre o progresso e o atraso, entre o mais produtivo e o menos produtivo [...]. Todas as forças econômicas seriam estimuladas e à divisão se seguiria uma unidade superior. No entanto, não foi assim. A hegemonia se apresentou como permanente; a divisão se apresentou como uma

* Comunicação apresentada no seminário “Immaginare l'Europa nel mondo post-coloniale. Gramsci e i Sud del pianeta”, patrocinado pela Università di Napoli l'Orientale, Nápoles, 8-10 de maio de 2003.

condição histórica necessária por um tempo indeterminado e, portanto, aparentemente “perpétua” para a existência de uma indústria setentrional.¹

A avaliação negativa expressa nas frases finais não oculta as ilusões presentes no início da nota. Com efeito, Gramsci parece supor, por um lado – assim como faziam os teóricos da II Internacional e talvez o próprio Marx em seu célebre texto sobre o colonialismo inglês na Índia² –, que o colonialismo, a hegemonia do Norte sobre o Sul (e “hegemonia” ainda é utilizada aqui num sentido que lembra mais “dominação” do que “direção”), pudesse levar a uma homogeneidade entre as duas zonas, ou seja, nas próprias palavras de Gramsci, a uma “unidade superior”. Ao contrário, hoje tornou-se ainda mais evidente que – enquanto predominarem as leis da acumulação capitalista – a relação Norte-Sul não poderá deixar de ser estruturalmente assimétrica. E, por outro lado, Gramsci parece crer que essa “unidade superior” não foi alcançada somente porque o Norte foi incapaz de fazer que o Sul se industrializasse. Ora, vastas zonas do Sul do mundo – penso sobretudo em muitos países da América Latina e, em particular, no Brasil – se industrializaram já há muitas décadas, sem que isso tivesse levado a uma “unidade superior” com o Norte. Ao contrário, essa industrialização tardia produziu novas formas de exploração e de dependência.

Já que a nota citada é um texto B, ou seja, jamais retomado e/ou reescrito nos CC³, poder-se-ia supor que Gramsci a abandonou precisamente por ter compreendido que não devia opinar sobre temas com os quais não estava devidamente familiarizado. Infelizmente, os CC não confirmam essa suposição. Com efeito, num texto C mais tardio, escrito provavelmente em 1932, pode-se constatar que Gramsci continuava prisioneiro de uma visão pouco diferenciada do Sul do mundo. Ele acreditava que, na medida em que o Sul permanecia como uma zona globalmente atrasada, ainda seria válida para todo ele a estratégia fundada na “guerra de movimento”. Em outras palavras, todo o Sul do mundo seria – para retomar conceitos do próprio

¹ Antonio Gramsci, *Cadernos do cárcere*, 6 v. (Rio de Janeiro, Civilização Brasileira, 1999-2002), v. 5, p. 153. Essa obra será citada, a seguir, no corpo do texto como CC, seguida, respectivamente, pelo número do volume e da(s) página(s).

² Karl Marx, “O domínio britânico na Índia”, em Karl Marx e Friedrich Engels, *Obras escolhidas* (Rio de Janeiro, Vitória, 1956), v. 1, p. 316-22.

³ Para a distinção entre textos A, B e C, cf. Carlos Nelson Coutinho, “Introdução”, em CC, vol. 1, p. 12.

Gramsci – “Oriente” e não “Ocidente”⁴. Assim, depois de afirmar que nos países desenvolvidos (que ele chama de “modernos”) a estratégia da “guerra de movimento” (adequada aos países “orientais”) fora superada, cedendo lugar à “guerra de posição” (própria dos países “ocidentais”), Gramsci afirma:

A questão se apresenta para os Estados modernos, não para os países atrasados e as colônias, onde ainda vigoram as formas que, em outros lugares, já foram superadas e se tornaram anacrônicas”⁵.

Se na nota “Norte e Sul”, antes citada, pode-se perceber a presença de preconceitos próprios da II Internacional, aqui é evidente, ao contrário, a recepção acrítica de formulações adotadas pela III Internacional, a qual, como se sabe, inseria todos os países da África, Ásia e América Latina na categoria geral de “países coloniais e semicoloniais” e indicava para eles uma comum estratégia revolucionária de tipo insurrecional.

É indiscutível que Gramsci manifestou interesse por países e culturas do Sul do mundo, sobretudo (mas não apenas) em suas notas esparsas sobre os intelectuais. Escreveu, por exemplo, notas sobre a China e o Japão, sobre o mundo árabe e sobre a África. Contudo, chama a atenção o fato de que, entre as regiões que hoje formam o Sul do mundo, foi certamente a América Latina aquela que recebeu menos atenção ao longo dos CC. Gramsci dedicou pouquíssimas notas a nosso continente, embora este tenha sido sempre (e ainda permaneça) a região do Sul mais próxima da cultura européia, a qual, de resto, Gramsci considerava “a única histórica ou concretamente universal”⁶.

Além disso, mesmo nas poucas vezes em que falou da América Latina, Gramsci quase sempre o fez de modo excessivamente sumário e pouco exato. Nas 2.500 páginas dos CC, o Brasil, por exemplo, merece de Gramsci uma única menção, onde nosso país aparece, sem especificações, ao lado do México, da Argentina, do Peru, do Chile e da Bolívia⁷. Gramsci afirma que, em todos esses países, “por oposição ao jesuitismo, tinham ainda [em 1930] grande influência a Maçonaria e o tipo de organização cultural como a ‘Igreja positivista’”⁸. E crê que “os eventos dos últimos tempos (novembro de 1930)”, ocorridos

⁴ “No Oriente, o Estado era tudo, a sociedade civil era primitiva e gelatinosa; no Ocidente, havia entre o Estado e a sociedade civil uma justa relação” (CC, 3, 262).

⁵ CC, 3, 24.

⁶ CC, 1, 263-4.

⁷ CC, 2, 31.

⁸ *Ibidem*.

no Brasil e nos outros países citados – que ele caracteriza como “insurreições militar-populares” –, demonstrariam a exatidão de sua observação anterior sobre a oposição entre jesuitismo e maçonaria. As coisas, contudo, não ocorreram desse modo. Se nos ativermos ao caso brasileiro, é certo que, em outubro de 1930, nossas classes dominantes promoveram uma “revolução passiva”, pelo alto; porém, como em toda “revolução passiva”, também nela não ocorreu nenhuma participação popular significativa; além disso, os militares desempenharam nela um papel importante, mas essencialmente secundário. Portanto, estamos longe de uma “insurreição militar-popular”. Ademais, essa “revolução passiva” nada teve que ver com uma suposta batalha ideológica entre o jesuitismo e a maçonaria ou a Igreja positivista.

2

Apesar de todas essas lacunas e inexatidões, Gramsci tem sido um dos autores estrangeiros mais lidos e influentes no Sul do mundo, muito em particular na América Latina. Nosso continente, com a natural exceção da Itália, foi a primeira região do mundo a entrar em contato mais estreito com a obra de Gramsci. Já em 1950, ou seja, apenas três anos depois da edição italiana, uma editora de Buenos Aires ligada aos comunistas, a Lautaro, publicou uma tradução espanhola das *Cartas do cárcere*; entre 1959 e 1962, a mesma editora pôs à disposição do leitor de língua castelhana quase todos os volumes dos *CC* na edição temática de Togliatti e Felice Platone. No Brasil, a edição em português de quatro volumes dessa mesma edição, bem como de uma antologia da edição Caprioglio-Fubini das *Cartas*, teve lugar entre 1966 e 1968. Nos anos subseqüentes e até nossos dias, as edições e reedições de Gramsci se multiplicaram na América Latina. Temos hoje traduções tanto em português como em espanhol – significativamente publicadas não em Portugal e na Espanha, mas no Brasil e no México – da edição crítica da totalidade dos *CC*, que terminaram de vir à luz, como mais uma confirmação da permanência entre nós do interesse por Gramsci, já neste início do século XXI. E o que talvez seja ainda mais importante: a presença de Gramsci se faz sentir em muitas das mais lúcidas análises de nosso continente feitas pelos próprios pensadores latino-americanos. Gramsci é hoje, sem dúvida, um dos autores estrangeiros mais lidos e influentes em *nuestra América*. De resto, foi o marxista que melhor resistiu à atual onda do neoliberalismo conservador e à chamada “crise do socialismo”.

Diante desse aparente paradoxo, podemos indagar: por que Gramsci conquistou precisamente na América Latina, cujas experiências não parecem tê-lo interessado muito, uma influência que (se excluirmos a Itália) ele talvez não tenha desfrutado em nenhum país ou região do “Norte” do mundo? Devemos, antes de mais nada, recusar uma resposta tão óbvia quanto equivocada: seria certamente um exagero explicar essa influência latino-americana de Gramsci acreditando possível propor uma transposição mecânica de suas agudas observações sobre a questão meridional italiana para o problema global das relações entre o Norte e o Sul do mundo. Talvez se possam estabelecer entre as duas “questões” algumas interessantes analogias, mas que não passam precisamente disso: analogias.

Creio, ao contrário, que – se quisermos identificar as razões dessa forte presença de Gramsci em nossa cultura, que resulta da sua capacidade de nos ajudar a compreender nossos problemas de ontem e de hoje – será certamente mais adequado recorrer a dois complexos problemáticos centrais em sua obra, ou seja, o par categorial “Ocidente/Oriente” (sobre o qual voltaremos) e o conceito de “revolução passiva”. Com efeito, temos hoje no Sul do mundo países “orientais” e “ocidentais”. Essa diversidade nos obriga a uma análise concreta e diferenciada de cada região do Sul, se é que queremos compreender efetivamente as sociedades “sulistas” à luz da lição gramsciana. Basta pensar na diferentíssima situação que caracteriza hoje, por exemplo, grande parte da América Latina, por um lado, e, por outro, a África ou o mundo árabe.

De resto, não foram poucos os países do Sul que experimentaram, em sua passagem à “modernidade” capitalista, processos de transição pelo alto, que Gramsci não hesitaria em caracterizar como “revoluções passivas”. Infelizmente, posso aqui apenas mencionar, em relação à atualidade do conceito de “revolução passiva” para o Sul do mundo, o fato de que não são poucos os autores latino-americanos que se valeram e ainda se valem desse conceito em suas análises da dinâmica social de nosso continente. Segundo tais autores, seriam manifestações de “revolução passiva” eventos tão importantes para nossa história como, por exemplo, a consolidação autoritária da revolução mexicana, a chamada Revolução de 1930 no Brasil, as várias formas de populismo (do varguismo brasileiro ao peronismo argentino), bem como algumas das recentes ditaduras militares das quais conseguimos há algum tempo nos libertar. Não posso me deter aqui sobre a questão, mas penso que seria de grande fecundidade conceber à luz

de um conceito atualizado de “revolução passiva” o modo pelo qual o Sul do mundo, incluída a América Latina, está sendo inserido nos atuais processos de globalização.

3

Portanto, há razões concretas para explicar o fato de que Gramsci se tenha tornado um *maître à penser* em nosso continente. Mas, antes de prosseguir em nossa análise, cabe recordar que a causa principal da influência gramsciana – não só entre os que vivemos no Sul do mundo, mas por toda parte – decorre da extraordinária produtividade teórica presente nos *CC*, que diz respeito praticamente a todos os campos das ciências humanas, sobretudo o da filosofia política. Refletindo sobre as experiências dos países que chamou de “ocidentais”, Gramsci – com sua específica noção de “sociedade civil” – ampliou a teoria marxista do Estado, inserindo nela, além do já conhecido momento da coerção, também aquele do consenso, da hegemonia. Em consequência, renovou também a teoria da revolução socialista, vista por ele como um processo, e não mais como uma ruptura explosiva e concentrada no tempo⁹.

Isso fez com que Gramsci representasse um ponto de inflexão na história do pensamento marxista. Não se pode falar hoje de “marxismo” no terreno da teoria política sem levar em conta que os novos conceitos gramscianos, precisamente na medida em que constituem as respostas histórico-materialistas mais adequadas aos processos sociais e políticos que caracterizam toda uma época – a nossa época! –, fizeram com que de certo modo se tornassem anacrônicas muitas reflexões de Marx, Engels e Lenin. Portanto, Gramsci não é, como se acreditou por muito tempo, o “maior leninista italiano”, nem apenas o teórico da “via italiana para o socialismo”. Ele é certamente o pensador mais universal que o marxismo produziu no século que há pouco se encerrou. São inúmeros aqueles que, com razão, consideram-no o teórico da revolução socialista no Ocidente.

Se todos os países chamados “atrasados” – isto é, aqueles que formam o “Sul” do planeta – pudessem ser considerados “orientais” (como o próprio Gramsci supunha em sua mencionada nota de 1932)¹⁰,

⁹ Para os principais conceitos da teoria política de Gramsci, permito-me remeter a Carlos Nelson Coutinho, *Gramsci. Um estudo sobre seu pensamento político* (Rio de Janeiro, Civilização Brasileira, 1999).

¹⁰ *CC*, 3, 24.

então a universalidade do autor dos *CC* permaneceria ainda parcial, restrita somente aos países do Norte desenvolvido. Mas o fato, ao contrário, é que a universalidade de Gramsci tem um caráter fortemente expansivo. Com efeito, os conceitos de “Oriente” e “Ocidente” não são para ele conceitos estáticos, apenas sincrônicos, definindo duas zonas do mundo: Gramsci toma consciência de que o fortalecimento da “sociedade civil” e o conseqüente surgimento de uma estrutura social e estatal mais complexa são processos históricos, diacrônicos, que se desenvolvem no tempo¹¹. Isso significa que regiões ou países específicos, que num primeiro momento apresentavam formas sociais essencialmente “orientais”, podem evoluir no sentido de se tornarem “ocidentais”.

Nesse sentido, podemos dizer que o Sul do mundo – mesmo permanecendo, em seu conjunto, “atrasado” em relação ao Norte e por ele explorado – divide-se hoje em Oriente e Ocidente. Pode-se assim falar da emergência de um Ocidente “tardio” ou periférico”. Penso que Gramsci já havia reconhecido, nos anos 1930, que era esse o caso de países como Espanha, Portugal, Grécia e até mesmo a Itália. Ora, não me parece difícil demonstrar que os principais países da América Latina constituem hoje exemplos emblemáticos de “Ocidente periférico”¹². Então, essa expansão do “Ocidente” – de resto, já prevista por Gramsci – faz com que sua universalidade se torne algo de *nacionalmente concreto* para os socialistas de um número cada vez maior de países.

Esta é, a meu ver, a principal razão da significativa e constante influência de Gramsci na América Latina, em particular naqueles países que Portantiero inclui no “Ocidente periférico”. Essa influência, por outro lado, é intimamente ligada ao esforço que há algum tempo vem empreendendo a esquerda de nosso continente para superar os velhos dogmas da III Internacional, que, por tantas décadas, impediram-nos de compreender efetivamente o que ocorria em nossos países. Por meio de uma falsa generalização para todo o Sul do planeta de um modelo interpretativo elaborado em função da China (e que não era válido nem mesmo para esse país), a III Internacional e os partidos a ela ligados decretaram, no Congresso de 1928, que o conjunto dos

¹¹ Sobre isso, cf., entre outros, o § 7 do Caderno 13, em *CC*, 3, 23-5.

¹² Ao que me conste, foi o gramsciano argentino Juan Carlos Portantiero o primeiro a se valer da categoria de “Ocidente periférico” para definir os países mais desenvolvidos da América Latina, ou seja, em sua opinião, Argentina, Brasil, Chile, Colômbia, México, Venezuela e Uruguai. Cf. J. C. Portantiero, *Los usos de Gramsci* (Buenos Aires, Folios, 1983), p. 124 e ss.

países latino-americanos era formado por semicolônias, ainda submetidas a uma situação feudal ou semifeudal; por isso, tais países ainda estariam defrontados com a tarefa de empreender revoluções “democrático-burguesas” ou de “libertação nacional”, como condição prévia para superar o atraso e atingir plenamente a etapa capitalista, quando então se poderia colocar a questão da passagem para o socialismo. Para utilizar a terminologia gramsciana, toda a América Latina faria parte do Oriente e, por isso, careceria ainda de uma estratégia revolucionária fundada na “guerra de movimento”, no choque frontal com um Estado “que era tudo” e que teria diante de si uma sociedade civil “primitiva e gelatinosa”. Como vimos, nos CC, Gramsci parece adotar como seu esse falso diagnóstico proposto pela III Internacional.

Tal caracterização dos países latino-americanos como “semicolônias atrasadas”, se já não era válida nos anos 1930, tornou-se cada vez mais distante da realidade, em função dos fatos ocorridos em nossa história nas últimas décadas. Uma abordagem empírica, ainda que sumária, dos principais países de nosso continente revela que, nos últimos setenta anos, eles conheceram um processo de desenvolvimento que, malgrado suas inúmeras contradições, transformou-os em países industrializados, nos quais o modo de produção dominante, inclusive na agricultura, é já há muito tempo o capitalismo. Além de uma numerosa e moderna classe operária, temos em nossas estruturas sociais a presença de amplas e diversificadas camadas médias assalariadas. O peso dos estratos agrários na população global do Brasil, por exemplo, não passa hoje de 20%.

Por outro lado, no plano político, a maioria dos países latino-americanos conheceu, por períodos mais ou menos longos, regimes políticos liberais e até mesmo, em alguns casos, liberal-democráticos. É verdade que em quase toda a América Latina – em diferentes fases de sua história, mas talvez sobretudo entre os anos 1960 e a primeira metade dos anos 1980 – instauraram-se regimes ditatoriais. Contudo, também é verdade que nosso continente, nos últimos vinte anos, encontrou ou reencontrou o caminho da construção de regimes liberal-democráticos, nos quais tornou-se possível promover uma organização de sociedades civis articuladas e pluralistas, ou, em outras palavras, onde se deu uma “ampliação” do Estado. Portanto, tal como sucedeu em vários países hoje desenvolvidos (Alemanha, Espanha, Grécia, Itália, Japão, Portugal etc.), a presença de ditaduras na história passada de nosso continente não impediu a criação em nossos países de sociedades “ocidentais”, ou seja, de tipo liberal-democrático.

Concluo com uma certeza e duas questões. A certeza é a seguinte: se for verdade que o Sul do planeta é hoje dividido entre países “orientais” e “ocidentais” – o que obriga a todos, “sulistas” e “nortistas”, a não homogeneizar o que é diverso –, é também verdade que todos esses países, de um modo ou de outro, continuam a ser explorados pelos países do Norte. Entre o Norte e o Sul do mundo, assim, continua a vigorar uma situação de dominação imperialista, cuja forma atual é a chamada globalização. Trata-se até agora de uma globalização “passiva”, assimétrica, para a qual o Sul é arrastado pelo Norte, seja sob a ameaça de retaliação por parte de um “mercado” fetichizado, seja – quando se torna necessário – por meio do recurso à força armada. Quanto às questões, elas podem ser assim formuladas: como unir todo o Sul, seja “oriental” ou “ocidental”, numa luta comum para pôr fim à atual assimetria de poder no mundo? E como articular essa luta do Sul, dos países subalternos do planeta, com as forças progressistas do Norte?

Estamos diante de dois grandes e decisivos desafios. Seria inútil buscar respostas para eles na letra do texto gramsciano. Mas estou convencido de que poderemos encontrá-las seguindo seu espírito, ou seja, desenvolvendo nossas reflexões na trilha aberta pelo seu método dialético e por suas principais categorias. E isso não é pouco para evidenciar o quanto Gramsci é atual, até mesmo e talvez sobretudo para os que vivemos e lutamos no Sul do mundo.